

Borja vê desafio para constituintes

5 SET 1985

Ans. CORREIO BRAZILENSE

As contradições do Brasil diante de um crescimento econômico que o eleva à condição de oitava potência mundial, ao mesmo tempo em que a grande maioria de sua população se nivela ao estado social dos povos mais subdesenvolvidos do mundo, são o grande desafio dos constituintes, que deverão buscar o equilíbrio entre essas duas forças características e históricas, se não quiserem repetir as injustiças sociais que provocaram o rompimento entre a Velha e a Nova República, gerando a necessidade urgente de uma nova Constituição.

Esta é a síntese da palestra que o jurista Célio Borja proferiu ontem no auditório Nereu Ramos, dando início ao simpósio sobre "Temas Constitucionais" que a Comissão de Constituição e Justiça promove até o dia 26 de setembro, às quartas e quintas-feiras.

Na opinião do assessor especial da Presidência da República, o desenvolvimento estatal de nosso País "gerou uma economia extremamente complexa, um sistema produtivo que abarca toda a sorte de bens e serviços e, assim, contribuiu para o aumento do emprego e da renda. Mas, ao descuidar o provimento dos bens sociais, deixou à margem do progresso econômico a maioria da população, não preparada para participar do novo ciclo de geração e fluição de riquezas" — Ao invés, portanto, de quebrar a iniqua desigualdade que nos vem do passado, agravou-a. A desigualdade quanto aos bens materiais, somou-se a que decorre da centralização, pois, ao produzir normas uniformes para todos, praticou a suprema injustiça de desconhecer as diferentes possibilidades dos indivíduos, regiões e grupos sociais".

Para Célio Borja, o sentimento de justiça do Estado democrático moderno deve buscar a personalização do serviço que ele presta aos indivíduos, ou seja, a sua adequação às peculiaridades das pessoas às quais reconhece o direito de terem identidade própria, aspirações e modos de viver que não se confundem com os demais.



Ele defende, para isso, uma Constituição genérica, "que disponha tanto quanto possível em torno de proposições universais, porque cada geração tem valores diferentes. A Carta promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte deve ter humildade para não pretender de-

terminar tudo às gerações futuras", argumenta.

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O professor Hélio Jaguaribe resumiu as palavras do conferencista, afirmando que uma apreciação equilibrada da Nova República, a ser sedimentada na nova Constituição, deve ser feita sob três aspectos: o estrutural, o conjuntural e o institucional.

Sobre o estrutural, ele afirma estar em jogo a transformação da sociedade, predominantemente de classe média, para uma sociedade de massa, devendo a democracia caminhar no mesmo sentido. O momento conjuntural se caracteriza por uma crise histórica sem precedentes, marcada pela "estagnação - esse animal estranho com o qual estamos acostumados a conviver, uma girafa da economia que é ao mesmo tempo estagnada e inflacionária", explicou Hélio Jaguaribe.

Já no momento institucional, "o que está em jogo é a necessidade de se instituir no País uma administração republicana, cuja autoridade é de representação e de serviço, e onde não se estatiza o que é de utilidade privada, e não se privatiza o que é de interesse comum de todos, como disse Célio Borja em sua palestra", ressaltou o sociólogo.

Essas três apreciações vão exigir dos constituintes, no seu entender, "muita sabedoria para conciliar crescimento com desenvolvimento social, e o que aponta para a solução é o Estado Social de Direito, que implica na economia aberta de mercado, com nítida visão dos requisitos sociais e nacionais que se fazem necessários e que devem ser conduzidos pelo Estado".

Vamos deixar que os empresários, como boas abelhas, produzam o mel da riqueza, mas é o Estado que deve administrar esse mel, buscando a recuperação da grande massa à ascensão de níveis melhores de vida.



Borja: pelo equilíbrio

Estudo não irá ao Congresso

O presidente Sarney não tem a intenção de enviar à Assembleia Nacional Constituinte o resultado dos trabalhos da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, instalada há dois dias pelo Executivo, declarou ontem o ministro da Justiça, Fernando Lyra. Segundo ele, o destinatário das conclusões da comissão será a sociedade e não o Congresso.

Os canais de divulgação do posicionamento da comissão são muitos e ainda não foram definidos pelo Governo. A determinação de Sarney é que o documento sirva de base para a abertura das discussões em torno da importância e do significado da convocação de uma Constituinte.

Lyra disse que o presidente da República — autor da proposta de criação da comissão — "receberá os estudos e os devolverá à sociedade para debate".

— O presidente foi bastante claro a este respeito — lembrou Lyra. Sarney afirmou que a Comissão não se reunirá para ditar aos Constituintes que textos devem aprovar ou não. Eles irão reunir-se para ouvir a Nação, discutir com o povo suas aspirações, estimular a participação da cidadania no processo de discussão e estimulá-la a escolher bem os delegados constituintes.

Sobre a defesa do presidente da comissão, jurista Afonso Arinos, de que o resultado dos trabalhos deve ser apresentado na forma de um anteprojeto de Constituição, Lyra disse que o importante não é a denominação de "esboço, anteprojeto, projeto ou até mesmo uma nova Constituição pronta e acabada", mas sim que o fruto deste trabalho seja o embrião do grande debate nacional.

Baeta pede esclarecimento

"O presidente José Sarney deve esclarecer a Nação aobre o papel da comissão constitucional empossada anteontem. Se é para fazer estudos e recolher sugestões, conforme está no decreto que a instituiu, ou se é para fazer projeto de Constituição, como quer Afonso Arinos". O alerta é do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Hermann Assis Baeta.

O presidente da OAB refere-se às constantes declarações do presidente da Comissão Constitucional, que manifestou o propósito de efetuar um projeto de Constituição, já tendo ressaltado que esse projeto "será o melhor de todos". Hermann Baeta insistiu na posição definida pela unanimidade do Conselho Federal da OAB, totalmente contrária à criação da comissão para elaborar projetos de Constituição.

Baeta admitiu que na próxima reunião do Conselho Fede-

ral, em 16 de setembro, o assunto volte a ser discutido, para que a OAB volte a pronunciar-se sobre a matéria, denunciando ao País uma "tentativa de se burlar a vontade popular na Constituinte". Ele também comentou o confronto entre as declarações do ministro Fernando Lyra, da Justiça, e do jurista Afonso Arinos, presidente da comissão.

Para o presidente da OAB, está havendo muita confusão em relação à matéria. "Decreto com nomes trocados, convidados que, sem serem previamente consultados tiveram que se desligar da comissão, para se manterem coerentes com seus propósitos, declarações confusas e em evidente confronto com o decreto que instituiu a Comissão", tudo isso, segundo afirmou Hermann Baeta, está "contribuindo para abalar a credibilidade do Governo num assunto tão importante quanto a Constituinte".

Gaúchos fazem show público

Porto Alegre — O movimento gaúcho da Constituinte, integrado por mais de oitenta entidades civis, realizou ontem, na esquina democrática de Porto Alegre, no centro da cidade, um ato-show pela Constituinte livre, soberana e exclusiva, que contou com a participação de vários músicos gaúchos.

O ato público foi assistido por cerca de mil pessoas, que acompanharam as apresentações dos artistas gaúchos e o pronunciamento dos representantes das diversas entidades que integram o movimento. Além de defender a Constituinte livre, soberana e exclusiva, os oradores também pediram a continuidade da democracia, com a participação do povo nas principais questões do País.

Brossard quer parlamentarismo

Ao participar ontem à tarde do simpósio "Temas constitucionais", que está sendo promovido pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, o professor Paulo Brossard, ex-senador e atual Consultor-Geral da República, defendeu a adoção, pela futura Constituinte, do sistema parlamentarista de Governo que, no seu entender, é mais moderno e democrático que o sistema presidencialista.

Depois de fazer uma análise da implantação e consequências dos diversos modelos de governos europeus, a partir do século XVIII, Paulo Brossard afirmou que, independentemente do fato de serem repúblicas ou monarquias, todas as nações efetivamente democratas adotaram o sistema parlamentarista, desde aquela época.

C 88
sta 09/85
4/1985